Apresentação: 11/05/2021 15:50 - CTASP
REQ n.47/2021

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO N°_____, DE 2021
(Da Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para discutir os impactos do Projeto de Lei n° 5761, de 2019, nas atividades desempenhadas pelos representantes comerciais autônomos.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos à Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para discutir os impactos do Projeto de Lei n° 5761, de 2019, nas atividades desempenhadas pelos representantes comerciais autônomos. Solicitamos sejam convidados:

- PAULO CESAR NAUIACK- Presidente do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Paraná;

- **ARCHIMEDES CAVALCANTI JÚNIOR** – Presidente do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Pernambuco;

-LUIS JOSÉ DE MENEZES E SOUZA – Presidente do Fórum Nacional dos Sindicatos de Empresas e Profissionais da Representação Comercial;

- ANTÔNIO HENRIQUE DE CARVALHO ELLERY - Chefe do Escritório de Relações Institucionais do Conselho Federal dos Representantes Comerciais, em Brasília;

- IZAAC PEREIRA INÁCIO – Procurador-Geral Adjunto do Conselho Federal dos Representantes Comerciais; e

- PAULO ROBERTO SOARES - Chefe da Procuradoria do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo;

JUSTIFICAÇÃO

O requerimento que ora apresentamos objetiva a realização de audiência pública para debater as principais questões e preocupações levantadas pelo texto do Projeto de

CD219362274400
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219362274400

Apresentação: 11/05/2021 15:50 - CTASP
REQ n.47/2021

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Lei n. 5761/2019, notadamente sobre a insegurança jurídica que traz para os profissionais que atuam como representantes comerciais autônomos, prevalecendo, ao que parece, apenas os interesses das empresas em detrimento das garantias daqueles trabalhadores.

Embora argumente-se que a proposta "busca compatibilizar interesses das partes envolvidas e garantir a segurança jurídica para os contratos passados, presentes e futuros, percebe-se que a proposição cria mecanismos que protegem notadamente as próprias corporações.

Considerando as mudanças propostas em relação ao direito de indenização devida ao representante pela rescisão; à antecipação da quitação de indenização; à retenção de comissões devidas ao representante comercial; dentre outras, julgamos fundamental um debate mais amplo do tema, pelo que apresentamos o presente Requerimento.

Sala da Comissão, em 11 de maio de 2021.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**

CD219362274400

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay
Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219362274400